

02/03/2010

PRIMEIRA TURMA

HABEAS CORPUS 97.419 SÃO PAULO

RELATOR : MIN. DIAS TOFFOLI
PACTE.(S) : CELSO DE CAMARGO MORAES NETO
IMPTE.(S) : CARLOS ALBERTO PIRES MENDES E
OUTRO(A/S)
COATOR(A/S)(ES) : SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

EMENTA

Habeas corpus. Penal. Crime. Suposta infração ao art. 1º, inc. I, c/c o art. 12, inc. I, ambos da Lei nº 8.137/90. Procedimento administrativo-fiscal encerrado. Justa causa para a ação penal. Eventual continuidade delitiva não impede a persecução penal, podendo o juízo da execução, se for o caso, proceder à unificação de pena (art. 66, inc. III, da LEP).

1. Havendo a constituição definitiva do crédito tributário, a persecução penal é medida que se impõe (HC nº 81.611/DF, Relator o Ministro **Sepúlveda Pertence**, DJ de 13/5/05; entre outros), não sendo suficiente para obstar o prosseguimento da ação penal o fundamento trazido pelos impetrantes.

2. A decisão ora questionada muito bem ressaltou o tema, nesse ponto, afirmando que "(...) *a mera alegação de que o paciente caso venha a ser condenado pela prática do crime previsto no art. 1º, inciso I, da Lei nº 8.137/90 terá direito ao reconhecimento da continuidade delitiva não implica, per se, na existência de constrangimento ilegal decorrente do prosseguimento da persecutio criminis in iudicio na parte em que o crédito tributário já foi definitivamente constituído, pois eventual unificação de penas decorrente do reconhecimento de continuidade delitiva poderá a teor do art. 66, inciso III, da LEP ser determinada pelo Juízo das Execuções Penais*" (fl. 103).

3. É firme a jurisprudência consagrada por esta Corte Suprema no sentido de que a concessão de **habeas corpus** com a finalidade de trancamento de ação penal em curso só é possível em situações excepcionais, quando estiverem comprovadas, de plano, a atipicidade



HC 97.419 / SP

da conduta, a causa extintiva da punibilidade ou a ausência de indícios de autoria.

4. **Habeas corpus** denegado.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros da Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal, sob a Presidência do Sr. Ministro Ricardo Lewandowski, na conformidade da ata do julgamento e das notas taquigráficas, por unanimidade de votos, em indeferir o pedido de **habeas corpus**, nos termos do voto do Relator.

Brasília, 2 de março de 2010.

Ministro DIAS TOFFOLI
Relator



02/03/2010

PRIMEIRA TURMA

HABEAS CORPUS 97.419 SÃO PAULO

RELATOR : **MIN. DIAS TOFFOLI**
PACTE.(S) : **CELSO DE CAMARGO MORAES NETO**
IMPTE.(S) : **CARLOS ALBERTO PIRES MENDES E**
 OUTRO(A/S)
COATOR(A/S)(ES) : **SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

RELATÓRIO**O EXMO. SR. MINISTRO DIAS TOFFOLI:**

Habeas corpus, com pedido de liminar, impetrado pelos advogados Carlos Alberto Pires Mendes e Marcela Venturini Diório em favor de Celso de Camargo Moraes Neto, buscando o trancamento da ação penal à qual responde o paciente.

Apontam como autoridade coatora a Quinta Turma do Superior Tribunal de Justiça, que denegou a ordem no HC nº 112.457/SP, Relator o Ministro **Felix Fischer**, impetrado àquela Corte.

Sustentam, na inicial, que:

"(...)

O constrangimento ilegal reside no fato de a douta autoridade coatora ter prestigiado a solução adotada pelo TRF 3, no sentido de trancar apenas em parte a ação penal movida contra o ora Paciente.

*Como destacado no **habeas corpus** dirigido ao STJ, foram instaurados dois processos administrativos fiscais contra o Paciente:*

- Processo nº 19515.001981/2004-72, referente aos anos-base 1999 e 2000, onde não há constituição definitiva do débito tributário (doc 03).

- Processo nº 19515.002888/2003-02, referente ao ano-base 1998, onde, por falta de citação válida o Paciente não apresentou impugnação e o débito foi constituído e inscrito para cobrança executiva (doc. 11).

O processo administrativo nº 19515.001981/2004-72, referente aos anos base 1999 e 2000, deu origem à denúncia de fls. 02/05. Já o processo administrativo nº 19515.002888/2003-02, referente ao ano-base 1998, deu ensejo ao aditamento de fls. 06/08.

*Tanto a denúncia quanto o seu aditamento foram recebidos, **instaurando-se um único processo** para apurar a prática do crime de sonegação fiscal nos anos-base 1988, 1999 e 2000.*

*No **habeas corpus** dirigido ao Superior Tribunal de Justiça foi requerido o **trancamento integral da ação penal**.*



HC 97.419 / SP

Foi observado que, por se tratar de crime continuado, cujo fundamento **'reside em uma ficção construída para impedir, em determinados casos, a aplicação das regras do concurso real ou material'**, não se poderia cindir o processo criminal, trancando-o em relação aos anos-base 1999 e 2000 e determinando seu prosseguimento em relação ao ano-base 1998, como decidido pelo TRF3.

Ponderou-se que a cisão indevida do processo criminal, determinada pelo TRF3, ensejaria a possibilidade de duas sentenças conflitantes sobre o mesmo fato, o que violaria os princípios de unidade da jurisdição e da segurança jurídica.

No entanto, a douta autoridade coatora, desprezando a argumentação defensiva e prestigiando a solução adotada pelo TRF3, denegou a ordem de **habeas corpus**, mantendo o trancamento da ação penal em relação aos fatos ocorridos no período de 1999/2000 e determinando o seu prosseguimento em relação ao período de 1998.

Daí o constrangimento ilegal" (fls. 8/9 – grifos no original).

Requerem, ao final, o deferimento liminar, para **"o único e exclusivo fim de sobrestar o curso do processo criminal movido contra o Paciente até que o mérito desta ação de habeas corpus seja julgado"** e, no mérito, **"o trancamento da ação penal também em relação ao ano-base de 1998, tendo em vista que ainda está em curso o processo administrativo nº 1915.001981/2004-72"** (fl. 13).

O pedido de liminar foi indeferido (fls. 84 a 87).

A autoridade apontada como coatora prestou informações (fls. 94 a 96) e encaminhou o inteiro teor do acórdão proferido nos autos do HC nº 112.457/SP (fls. 97 a 106).

O Ministério Público Federal, pelo parecer do ilustre Subprocurador-Geral da República, Dr. **Mário José Gisi**, manifestou-se pela denegação da ordem (fls. 111 a 119).

É o relatório.



HC 97.419 / SP

VOTO

O EXMO. SR. MINISTRO DIAS TOFFOLI:

Conforme relatado, o presente **habeas corpus** volta-se contra acórdão da Quinta Turma do Superior Tribunal de Justiça, que denegou a ordem no HC nº 112.457/SP, Relator o Ministro **Felix Fischer**, e tem como objetivo “**o trancamento da ação penal também em relação ao ano-base de 1998, tendo em vista que ainda está em curso o processo administrativo nº 1915.001981/2004-72**” (fl. 13 – grifo no original).

Narram os impetrantes, na inicial, que:

“(…)

O Paciente está sendo processado na 1ª Vara Federal Criminal da Subseção Judiciária de São Paulo por suposta infração ao art. 1º, inc. I, c.c. o art. 12, inc. I, ambos da Lei nº 8.137/90.

Segundo a denúncia e seu aditamento, nos anos-base 1998, 1999 e 2000 o Paciente teria suprimido imposto sobre renda e proventos de qualquer natureza, mediante omissão de rendimentos provenientes de valores creditados em suas contas correntes (**doc. 01**).

Mesmo existindo informação nos autos de que o crédito administrativo tributário referente aos anos-base 1999 e 2000 ainda não estava definitivamente constituído, a denúncia e o seu aditamento foram recebidos, dando-se início a ação penal de autos nº 2000.61.05.005539-3 (**doc. 02**).

Tendo em vista que o crédito tributário não se encontrava constituído em sua **integralidade**, mercê da existência de processo administrativo fiscal em curso quanto aos anos-base 1999 e 2000 (**doc. 03**), impetrou-se no Egrégio Tribunal Regional Federal da 3ª Região ordem de **habeas corpus** para trancar a ação penal por falta de justa causa (HC nº 2007.03.00.044880-5) – **doc. 04**.

A liminar requerida na impetração foi **concedida** pela d. desembargadora relatora, integrante da 2ª Turma do TRF 3, que determinou o sobrestamento do curso do processo criminal até o julgamento do mérito daquele **habeas corpus** (**doc. 05**).

Na sessão de julgamento do dia 1º/07/08, a ordem foi parcialmente concedida para trancar a ação penal exclusivamente em relação aos anos-base 1999 e 2000, determinando-se o seu prosseguimento em relação ao ano-base 1998.

.....
Contra o v. acórdão proferido pelo TRF3 impetrou-se ordem de **habeas corpus** no Superior Tribunal de Justiça, requerendo-se o trancamento integral da ação penal por falta de justa causa (**doc. 07**). A liminar foi indeferida (**doc. 08**) e a ordem denegada pela Egrégia 5ª Turma, aqui apontada como autoridade coatora. O v. acórdão

HC 97.419 / SP

combatido, que prestigiou o entendimento do TRF3, ainda não foi publicado (**doc. 09**)" (fls. 5 a 7 – grifos no original).

A Quinta Turma do Superior Tribunal de Justiça, por sua vez, denegou a ordem nos seguintes termos:

"PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO ORDINÁRIO. ART. 1º, INCISO I, DA LEI Nº 8.137/90. PACIENTE DENUNCIADO PELA PRÁTICA DE CRIME CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA POR TER, EM TESE, SUPRIMIDO IMPOSTO SOBRE RENDA E PROVENTOS DE QUALQUER NATUREZA, MEDIANTE A OMISSÃO DE RENDIMENTOS NOS ANOS-BASE DE 1998, 1999 E 2000. INSTAURAÇÃO DE DOIS PROCESSOS ADMINISTRATIVOS. TRANCAMENTO DA AÇÃO PENAL DETERMINADA PELO E. TRIBUNAL A QUO NA PARTE RELACIONADA COM O PROCESSO ADMINISTRATIVO AINDA PENDENTE DE DECISÃO DEFINITIVA. CISÃO DO PROCESSO. PROSSEGUIMENTO DA AÇÃO PENAL EM RELAÇÃO AOS FATOS RELACIONADOS COM A SUPOSTA SONEGAÇÃO FISCAL OCORRIDA NO ANO-BASE DE 1998 CUJA CONSTITUIÇÃO DEFINITIVA DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO JÁ SE VERIFICOU. ALEGAÇÃO DE CONSTRANGIMENTO ILEGAL EM RAZÃO DE GRAVAME CAUSADO AO PACIENTE NA MEDIDA EM QUE SE IMPOSSIBILITOU O RECONHECIMENTO DA CONTINUIDADE DELITIVA. INOCORRÊNCIA, DIANTE DO DISPOSTO NO ART. 66 DA LEP QUE AUTORIZA O JUÍZO DAS EXECUÇÕES PENAS A PROCEDER A DEVIDA UNIFICAÇÃO DA PENA.

I - Consoante deflui dos autos o paciente foi inicialmente denunciado pela prática do delito previsto no art. 1º, inciso I, da Lei nº 8.137/90 por ter, em tese, suprimido imposto sobre renda e proventos de qualquer natureza, mediante a omissão de rendimentos nos anos-base de 1999 e 2000. Posteriormente a exordial acusatória foi aditada, tendo em vista que também em relação ao ano-base de 1998 tal conduta teria sido praticada. Em relação a esses fatos foram instaurados dois processos administrativos, sendo que apenas no processo administrativo relacionado com o ano-base de 1998 já se teria verificado a constituição definitiva do crédito tributário o que acarretou a concessão parcial do **writ** pelo e. Tribunal **a quo** e conseqüente cisão do processo, determinado-se, por conseguinte o trancamento da ação penal em relação aos fatos relacionados aos anos-base base de 1999 e 2000.

II - A mera alegação de que o paciente caso venha a ser condenado pela prática do crime previsto no art. 1º, inciso I, da Lei nº 8.137/90 terá direito ao reconhecimento da continuidade delitiva não implica, **per se**, na existência de constrangimento ilegal decorrente do prosseguimento da **persecutio criminis in iudicio** na parte em que o crédito tributário já foi definitivamente constituído, pois eventual unificação de penas decorrente do reconhecimento de continuidade

HC 97.419 / SP

delitiva poderá a teor do art. 66, inciso III, da LEP ser determinada pelo Juízo das Execuções Penais.

Habeas corpus denegado” (fl. 105).

Na hipótese dos autos, não há elementos aptos a sustentar a conclusão de que a ordem deva ser concedida, uma vez que, pelo que se tem na decisão proferida pela Quinta Turma do Superior Tribunal de Justiça, não se vislumbra nenhuma ilegalidade ou abuso de poder.

No presente **habeas**, os impetrantes insistem na tese de que, por se tratar de crime cometido na forma continuada, seria inviável a cisão do processo criminal para que se prosseguisse a persecução penal relativamente ao ano-base 1998, como entenderam o TRF 3ª Região e o STJ, pois tal medida daria ensejo à prolação de sentenças conflitantes, em patente violação dos princípios da unidade da jurisdição e da segurança jurídica.

Não se discute, portanto, a não constituição definitiva do crédito tributário referente ao exercício 1998.

Com efeito, havendo a constituição definitiva do crédito tributário a persecução penal é medida que se impõe (HC nº 81.611/DF, Relator o Ministro **Sepúlveda Pertence**, DJ de 13/5/05; entre outros), não sendo suficiente para obstar o prosseguimento da ação penal o fundamento trazido pelos impetrantes.

O eminente Ministro **Felix Fischer**, do Superior Tribunal de Justiça, muito bem ressaltou a questão, nesse ponto, afirmando que “(...) a mera alegação de que o paciente caso venha a ser condenado pela prática do crime previsto no art. 1º, inciso I, da Lei nº 8.13/90 terá direito ao reconhecimento da continuidade delitiva não implica, **per se**, na existência de constrangimento ilegal decorrente do prosseguimento da **persecutio criminis in iudicio** na parte em que o crédito tributário já foi definitivamente constituído, pois eventual unificação de penas decorrente do reconhecimento de continuidade delitiva poderá a teor do art. 66, inciso III, da LEP ser determinada pelo Juízo das Execuções Penais” (fl. 103).

De resto, é firme a jurisprudência consagrada por esta Corte Suprema no sentido de que a concessão de **habeas corpus** com a finalidade de trancamento de ação penal em curso só é possível em situações excepcionais, quando estiverem comprovadas, de plano, a atipicidade da conduta, a causa extintiva da punibilidade ou a ausência de indícios de autoria (nesse sentido: HC nº 90.320/MG, Primeira Turma,

HC 97.419 / SP

Relator o Ministro **Marco Aurélio**, DJ de 25/5/07; HC nº 87.324/SP, Primeira Turma, Relatora a Ministra **Cármem Lúcia**, DJ de 18/5/07; HC nº 86.583/SP, Segunda Turma, Relator o Ministro **Eros Grau**, DJ de 27/4/07; HC nº 85.496/SC, Primeira Turma, Relator o Ministro **Ricardo Lewandowski**, DJ de 8/9/06; HC nº 85.066/GO, Segunda Turma, Relator o Ministro **Carlos Velloso**, DJ de 20/5/05; entre outros).

Outro não foi o entendimento do Ministério Público Federal, que no parecer do Subprocurador-Geral da República, Dr. **Mario José Gisi**, manifestou-se pela denegação da ordem, tendo, inclusive, mencionado diversos precedentes desta Suprema Corte sobre a matéria:

“(…)

Inferimos do trecho sublinhado, também contido no voto do ministro relator, que a pretensão do paciente é de todo descabida, pois, a despeito da probabilidade de incidência do art. 71 do Código Penal na ação penal originária, a continuidade delitiva não chegou a ser reconhecida naqueles autos, já que ainda não prolatada a sentença condenatória. Não há porque falar, portanto, nesse momento processual, em constrangimento ilegal decorrente da cisão do processo.

*A título de esclarecimento, é relevante destacar que o aditamento à denúncia oferecida pelo **Parquet** Federal contra o paciente apontou sonegação, em valores da época (março de 2005), de mais de R\$ 1,5 milhão, montante que evidencia a gravidade dos fatos. A respeito, extraímos da fl. 21 o seguinte trecho:*

*‘Agindo assim, o acusado omitiu os rendimentos citados na tabela anterior, totalizando um tributo de **R\$ 647.613,68** (seiscentos e quarenta e sete mil, seiscentos e treze reais e sessenta e oito centavos), quantia que, acrescida de juros de mora e multa proporcional, perfaz um crédito tributário em favor da União no valor de **R\$ 1.625.963,66** (um milhão, seiscentos e vinte e cinco mil, novecentos e sessenta e três reais e sessenta e seis centavos), conforme auto de infração e demais documentos fiscais de fls. 217/218v².’*

Evidentemente, o crime imputado ao paciente não pode deixar de ser apurado, desde logo, pela instância jurisdicional competente, em vista do falacioso argumento de que a cisão do processo acarretará ofensa aos princípios da segurança jurídica e da unidade da jurisdição, sobretudo em vista das previsões do Código de Processo Penal sobre o tema, que em nada contrariam o texto constitucional, cujos artigos 80 a 82 dispõe:



HC 97.419 / SP

'Art. 80. Será facultativa a separação dos processos quando as infrações tiverem sido praticadas em circunstâncias de tempo ou de lugar diferentes, ou, quando pelo excessivo número de acusados e para não lhes prolongar a prisão provisória, ou por outro motivo relevante, o juiz reputar conveniente a separação.'

Art. 81. Verificada a reunião dos processos por conexão ou continência, ainda que no processo da sua competência própria venha o juiz ou tribunal a proferir sentença absolutória ou que desclassifique a infração para outra que não se inclua na sua competência, continuará competente em relação aos demais processos.

Parágrafo único. [...].

Art. 82. Se, não obstante a conexão ou continência, forem instaurados processos diferentes, a autoridade de jurisdição prevalente deverá avocar os processos que corram perante os outros juízes, salvo se já estiverem com sentença definitiva. Neste caso, a unidade dos processos só se dará, ulteriormente, para o efeito de soma ou de unificação das penas.'

O trancamento da ação penal, na parte em que ainda persiste, somente acarretaria ofensa ao princípio da segurança jurídica, dentre outros princípios constitucionais, se fosse deferido ao paciente escolher o momento oportuno ou mais benéfico para ser processado por sonegação de tributos, como se fosse espécie de co-titular da ação penal, como se preterível fosse o princípio da isonomia, como se não existisse prazo prescricional nem decadencial para as pretensões punitivas e fiscais do Estado.

Não bastasse, possíveis divergências entre a sentença condenatória a ser prolatada na ação em curso e sentenças futuras dificilmente terão o condão de acarretar prejuízo ao paciente, devido ao instituto da prevenção, sendo certo, por outro lado, que, na fase de execução da pena, se eventualmente condenado o paciente, deverá o juízo competente unificar as sanções impostas ao mesmo, ex vi do art. 66, inciso III, letra a, da Lei de Execuções Penais, **in verbis**:

'Art. 66. Compete ao Juiz da execução:

[...] III - decidir sobre:

a) soma ou unificação de penas;'

Nessa esteira, colhemos as seguintes lições da jurisprudência:

'EMENTA Habeas corpus. Crime contra a ordem tributária. Encerramento do procedimento administrativo-fiscal. Mandado de segurança impetrado posteriormente e sem efeito suspensivo. Possibilidade de ajuizamento da ação penal. Reclassificação do delito e

HC 97.419 / SP

exclusão da continuidade delitiva. Não-conhecimento dessas matérias pelo Superior Tribunal de Justiça. **Análise reservada à instrução criminal.** Precedentes. 1. Denúncia oferecida após a conclusão do procedimento administrativo-fiscal, com a constituição, de ofício, do crédito tributário, não estando, portanto, a decisão questionada em contradição com a jurisprudência desta Suprema Corte, no sentido de que a ausência de lançamento definitivo do crédito tributário impede o ajuizamento da ação penal pelo crime previsto no art. 1º da Lei nº 8.137/90. 2. A impetração de mandado de segurança, após o lançamento definitivo do crédito tributário, não tem o condão de impedir o início da ação penal, principalmente porque a ordem foi denegada em 1º grau e a apelação interposta, ainda pendente de julgamento, não tem efeito suspensivo. 3. Impossibilidade de análise das questões relativas à reclassificação do delito e à exclusão da continuidade delitiva, porque não foram conhecidas pelo Superior Tribunal de Justiça, sob o fundamento de que 'o revolvimento da matéria fática com o objetivo de se apurar em que tipo penal se enquadraria a conduta atribuída à acusada, bem como se as ações caracterizariam um ou mais delitos em continuidade delitiva, (...) somente poderá ser discutido durante a instrução criminal', não sendo possível e nem recomendável a concessão da ordem para esse fim. 4. Não cabe a esta Suprema Corte, em **habeas corpus**, antecipar-se ao Magistrado de 1º grau e, antes mesmo de finalizada a instrução criminal, firmar juízo de valor sobre as questões controvertidas e determinar o crime pelo qual deverá se defender a paciente. 5. **Habeas corpus** parcialmente conhecido e, nessa parte, denegado.' [HC 95578, Rel. Min. MENEZES DIREITO, Primeira Turma, DJe-071 DIVULG 16-04-2009 PUBLIC 17-04-2009].

'EMENTA: I. Sonegação fiscal (L. 8137/90, art. 1º, I e II; e 11): parcial reconhecimento de continuidade delitiva, de modo a que o paciente passe a responder, não a 5, mas a 3 acusações, tendo em vista critério de espaçamento temporal entre as condutas considerado razoável, à vista de tratar-se de sonegação de tributo de recolhimento mensal. Inexistência de continência ou conexão entre o Proc. 3.468-0 (1ª Vara) com os demais feitos em curso na 2ª Vara Criminal de Paulista/PE. II. Habeas corpus: deferimento, em parte, tão-somente para que as instâncias de mérito, relativamente aos processos em curso na 2ª Vara Criminal de Paulista - PE, não considerem - salvo situação mais favorável ao paciente -

HC 97.419 / SP

a existência de mais de 2 crimes, sendo que: - O 1º desses dois crimes, constituído pelos fatos ocorridos nos meses de março, abril (Proc. 3 467-1 - 2ª Vara) e maio (Proc. 3464-7 - 2ª Vara) de 1999; - O 2º crime, os praticados nos meses de novembro de 1999, janeiro e fevereiro de 2000 (Proc.3 464-7); março de 2000 a junho de 2001 (Proc.3465-0); e julho a outubro e dezembro de 2001 (Proc. 8702-0). III - **Habeas corpus**: extensão dos efeitos da concessão da ordem ao co-réu, que, à primeira vista, se encontra em situação de todo assimilável ao paciente.' [HC 89573, Rel. Min. SEPÚLVEDA PERTENCE, Primeira Turma, DJe-004 DIVULG 26-04-2007 PUBLIC 27-04-2007, DJ 27-04-2007 PP-00068].

'EMENTA: **HABEAS CORPUS**. PENAL. PROCESSO PENAL. ESTELIONATO E CONCUSSÃO. DENÚNCIA ÚNICA. INCOMPETÊNCIA. NULIDADE RELATIVA. PRECLUSÃO. CONCUSSÃO. JUSTIÇA FEDERAL. CONEXÃO. COMPETÊNCIA. REVOGAÇÃO DE LIMINAR. 1. Vários delitos cometidos de forma continuada em concurso material, narrados em uma só denúncia. Procedimento correto. Precedentes. 2. O juiz recebe a denúncia por um simples despacho. Porém, se entender que um dos crimes tipificados não é de sua competência, determinará, fundamentadamente, a cisão processual para que o fato seja processado no juízo competente. Se o juiz não declarar sua incompetência, cabe à defesa suscitá-la na primeira oportunidade processual. Se não fizer, eventual nulidade, por ser relativa, preclui. 3. O crime de concussão praticado contra particulares conveniados com o SUS/INAMPS é de competência da Justiça Comum. Porém, em conexão com estelionato cometido contra a Previdência Social, essa competência se desloca para a Justiça Federal. Habeas conhecido e indeferido.' HC 80751, Rel. Min. MARCO AURÉLIO, Rel. p/ Acórdão Min. NELSON JOBIM, Segunda Turma, DJ 29-08-2003 PP-00035].

'EMENTA **Habeas corpus**. Penal. Crime contra a ordem tributária (Lei nº 8.137/90). Trancamento da ação penal. Prescrição da pretensão punitiva. Não-ocorrência. Constrangimento ilegal não-configurado. Precedentes. 1. A verificação de eventual ocorrência da prescrição da pretensão punitiva do Estado, considerado o crime imputado ao paciente, esbarra na questão decidida por esta Suprema Corte no HC nº 81.611/DF, Relator o Ministro Sepúlveda Pertence, no sentido de que, enquanto não efetivado o lançamento definitivo do débito tributário, não há justa causa para a ação penal, ficando,

HC 97.419 / SP

porém, suspenso o curso do prazo prescricional. 2. Considera-se termo inicial, para fins de contagem do prazo prescricional, a data do julgamento definitivo sobre eventual supressão ou redução de tributo devido. 3. Não-ocorrência da prescrição da pretensão punitiva no caso concreto. 4. **Habeas corpus denegado.**' [HC 94096, Rel. Min. MENEZES DIREITO, Primeira Turma, DJe-048 DIVULG 12-03-2009 PUBLIC 13-03-2009].

'EMENTA: **Habeas corpus**: pretensão à reunião de diversos processos instaurados contra o paciente, por delitos contra a ordem tributária e contra a previdência social, sob alegada caracterização de crime continuado. Competência, por prevenção: nulidade relativa: preclusão. 1. É da jurisprudência do Tribunal que é relativa a incompetência resultante de infração às regras legais da prevenção: daí a ocorrência de preclusão se, como sucedeu no caso, não foi argüida, no procedimento ordinário de primeiro grau, no prazo da defesa prévia. 2. Resulta, pois, nos termos da parte final do art. 82 C.Pr.Pen., que, tanto o juízo da existência do crime continuado, quanto, se for o caso, a unificação das penas, hão de proceder-se no juízo da execução. 3. **Habeas corpus indeferido.**' [HC 81134, Rel. Min. SEPÚLVEDA PERTENCE, Primeira Turma, DIVULG 05-09-2007 PUBLIC 06-09-2007, DJ 06-09-2007 PP-00039].

Ante o exposto, opinamos pela denegação da ordem" (fls. 115 a 119 – grifos no original).

Ante o exposto, e considerando o parecer do Ministério Público Federal, denego a ordem de **habeas corpus**.



PRIMEIRA TURMA

EXTRATO DE ATA

HABEAS CORPUS 97.419

PROCED.: SÃO PAULO

RELATOR : MIN. DIAS TOFFOLI

PACTE.(S): CELSO DE CAMARGO MORAES NETO

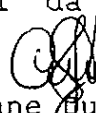
IMPTE.(S): CARLOS ALBERTO PIRES MENDES E OUTRO(A/S)

COATOR(A/S)(ES): SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Decisão: A Turma indeferiu o pedido de *habeas corpus*, nos termos do voto do Relator. Unânime. Presidência do Ministro Ricardo Lewandowski. 1ª Turma, 02.03.2010.

Presidência do Ministro Ricardo Lewandowski.
Presentes à Sessão os Ministros Marco Aurélio, Ayres Britto,
a Ministra Cármen Lúcia e o Ministro Dias Toffoli.

Subprocurador-Geral da República, Dr. Wagner de
Castro Mathias Netto.


Fabiane Duarte
Coordenadora